



Fronteiras: Revista de História
ISSN: 2175-0742
fronteiras@ufgd.edu.br
Universidade Federal da Grande Dourados
Brasil

O encontro entre história e memória: a materialização na forma de um memorial

Cabanha, Samuel

O encontro entre história e memória: a materialização na forma de um memorial

Fronteiras: Revista de História, vol. 21, núm. 37, 2019

Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588261536011>

Copyright Universidade Federal da Grande Dourados 2019



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento pela mesma Licença.

O encontro entre história e memória: a materialização na forma de um memorial

The meeting between history and memory: materialization in the form of a memorial

El encuentro entre historia y memoria: la materialización en la forma de un memorial

Samuel Cabanha

Secretaria Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu

- Paraná, Brasil

samuelcabanha@globo.com

Redalyc: [https://www.redalyc.org/articulo.oa?](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588261536011)

id=588261536011

Recepção: 29 Maio 2018

Aprovação: 06 Novembro 2018

RESUMO:

Esta pesquisa aborda um aspecto histórico imerso no presente e busca contextualizar um monumento como representação material que refaz a memória. Para isso, propõe-se a análise do monumento erigido no município de Santa Helena – PR, em memória à marcha de Luiz Carlos Prestes. O objetivo central do estudo é explorar se essa representação material de um evento passado funciona como forma simbólica de instituição de um lugar de memória através de ritualização e de uma intervenção urbana. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, o levantamento dos dados consistiu na pesquisa histórica documental e, em parte, no uso de fontes impressas (*folders*, fotografias e matérias de jornais). O arcabouço teórico gira em torno de discussões que envolvem os conceitos ligados à história e à memória. Como resultado, observa-se a disputa pela preservação da memória, o que se evidencia através da articulação entre a representação do monumento e a tentativa de ritualização em torno do lugar. Nesse sentido, foi possível verificar que o município, ao contextualizar o monumento e refazer sua história, reconstrói e sedimenta memórias, as quais estão concretizadas ali. Dessa forma, este estudo contribui para a produção do conhecimento e oferece a possibilidade de abertura para pesquisas futuras a partir de seu espaço e contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Representação, História.

ABSTRACT:

The article brings to the fore a historical aspect immersed in the present and seeks to contextualize a monument as a material representation that evokes our memories. For this, it is proposed an analysis of the monument erected in the municipality of Santa Helena - PR, in memory of the march of Luiz Carlos Prestes should be made. The central objective of the study is to explore whether this material as a representation of a past event, functions as a symbolic form of institution of a place of our memory through ritualization and urban intervention. The methodology adopted was a bibliographical review, and the data collection consisted of classic documentary research, and partly the use of printed resources (*folders*, photographs and newspaper articles). The theoretical framework revolves around discussions that involve concepts related to history and memory. As a result, the dispute for the preservation of memory is observed, which is evidenced by the articulation between the representation of the monument and the attempt of ritualization around the place, and in this sense, it was possible to verify that the municipality in contextualizing the monument and to remake history, remakes and concretizes memories, because the memory is fulfilled there. Thus, this study contributes to the production of knowledge and serves as a background and openness for future studies.

KEYWORDS: Memory, Representation, History .

RESUMEN:

El artículo trae a la superficie un aspecto histórico inmerso en el presente y busca contextualizar un monumento como representación material que rehace la memoria. Para ello, se propone el análisis del monumento erigido en el municipio de Santa Helena - PR, en memoria a la marcha de Luiz Carlos Prestes. El objetivo central del estudio es explorar si esa representación material de un evento pasado funciona como una forma simbólica de institución de un lugar de memoria a través de la ritualización y de una intervención urbana. La metodología adoptada fue la revisión bibliográfica, siendo que el levantamiento de los datos consistió en la investigación histórica documental, y en parte, en el uso de fuentes impresas (*folders*, fotografías y materiales de periódicos). El marco teórico gira en torno a discusiones que involucran los conceptos ligados a la historia y la memoria. Como resultado, se observa la disputa por la preservación de la memoria, lo que se evidencia a través de la articulación entre la representación del monumento y la tentativa de ritualización en torno al lugar, y, en ese sentido, fue posible verificar que el municipio al contextualizar

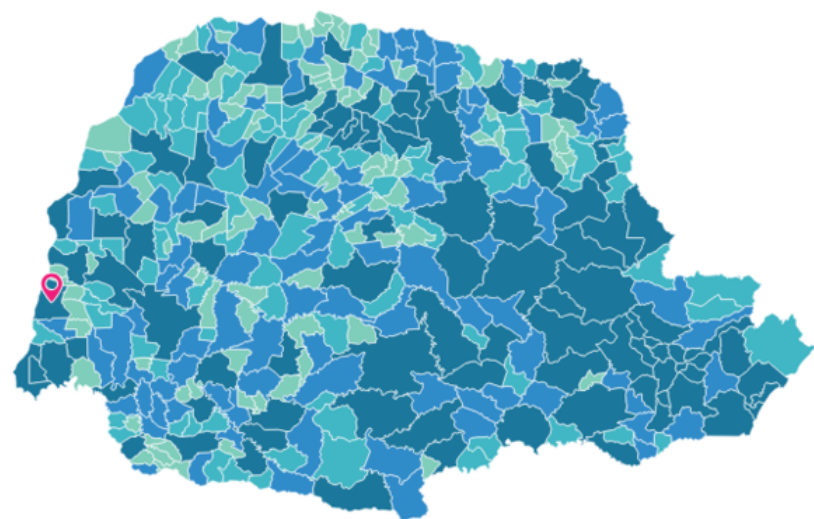
el monumento y rehacer su historia, reconstruye y sedimenta recuerdos, pues la memoria se concretiza allí. De esta forma, este estudio contribuye para la producción del conocimiento y sirve de telón de fondo y apertura para investigaciones futuras.

PALABRAS CLAVE: Memoria, Representación, Historia.

INTRODUÇÃO

A ideia de escrever este artigo surgiu a partir do interesse em estudos relacionados aos eixos temáticos valorizados pela nova história cultural, a saber, memórias, imaginários e territorialidades, assuntos abordados nas disciplinas “Memória, Identidade e Patrimônio Cultural: Diálogos e Fronteiras” e “Territórios, Territorialidades, Poder, Fronteiras e Redes”, disciplinas do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu.

Para elaboração do artigo foi necessário também uma visita ao município de Santa Helena – PR (figura 1), a fim de conhecer um pouco da história local e da história da construção do monumento em memória a Coluna Prestes¹, nosso objeto de análise.



Legenda
 até 5.046 pessoas até 9.085 pessoas até 18.040 pessoas mais que 18.040 pessoas

Figura 1: Mapa do Estado do Paraná com a cidade de Santa Helena em destaque e com dados da população no último censo (IBGE, 2010).

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santa-helena/panorama>

O monumento foi construído próximo aos resquícios da antiga Ponte Queimada, localizada às margens do Rio São Francisco Falso, no município de Santa Helena. É uma obra estruturada em concreto armado, com 15 metros de altura (simbolizando os 25 mil quilômetros percorridos pela coluna), cuja obra foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Além do memorial, neste mesmo local existe uma pedra fundamental onde a “memória” está grafada em uma placa de bronze afixada a um pilar de concreto com a inscrição referente à Marcha da Coluna Prestes.

O objetivo central do estudo foi explorar essa representação e, ao mesmo tempo, discutir se, ao evocar um evento passado, o município de Santa Helena buscou a tentativa de instituir um lugar de memória através de uma intervenção urbana. O conceito de representação foi cunhado por Chartier (1990), o qual pode ser entendido como “uma ideia, ou imagem, construída e delimitada em razão dos interesses do grupo que a

forja, buscando a imposição de suas concepções no mundo social”. Vale dizer que compreender este conceito é necessário, pois para Chartier (1991) essa operação caracteriza e

Atesta duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa (CHARTIER, 1991, p. 184).

Outro conceito importante postular é o de lugar de memória. Nesse sentido, a dinâmica e a conjunção entre representação e lugar de memória são decisivas para o proposto neste artigo, pois a compreensão dessa dupla conceitual aproxima o leitor em relação ao texto e pode dar feição aos sentidos e às proposições. Tomando isso como ponto de partida, o estudo da representação e dos lugares de memória nos remetem a dois domínios, interessantes e complexos, simples e ambíguos, naturais e artificiais. Para Pierre Nora (1993), “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual”, assim sendo, é crucial que se compreenda a função que o ritual exerce nas sociedades (NORA, 1993).

Segundo esse autor, os rituais são formas de reprodução de uma essência expressa através da cultura, aqui entendida como comportamento, pois é a forma com que os homens se relacionam com a natureza e que constitui um jogo da história e da memória. Assim, observa-se que o lugar de memória supõe a justaposição de duas ordens de realidades: uma tangível e apreensível, às vezes predominantemente material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição; outra puramente simbólica, portadora de uma história (NORA, 1997).

Epistemologicamente, este artigo segue a vertente do discurso de negação da tradição historiográfica com ideias universais, lembrando que, na tradição positivista, pesquisa qualitativa não fazia muito sentido, pela própria exclusão da dialética como método importante da reconstrução do conhecimento. Para Demo (1998), ao se tomar as ciências exatas e naturais como modelo paradigmático, as ciências sociais teriam como desafio intrínseco absorver as mesmas regras. Assim, segundo o autor, a pesquisa qualitativa aponta que ela é o tipo de pesquisa que confronta o paradigma positivista, no entanto, “sem destruir o legado formal da ciência” (DEMO, 1998). Vale ressaltar ainda o que aponta Pesavento (1995), quando diz que essa nova tendência refuta a modernidade com valores expressos no progresso, no otimismo, na linearidade do tempo, pois

A nova tendência passou a afirmar a não existência de verdades absolutas, marcando o recuo de uma posição cientificista herdada do século passado. Estimulando novos olhares e abordagens com a realidade, em uma e outra vertente, a história social dos anos 60 e 70 restabeleceu o ofício do historiador. Como um mestre da narrativa, este é alguém que munido de um método, resgata da documentação empírica as “chaves” para recompor o encadeamento das tramas sociais (PESAVENTO, 1995, p.12).

Dessa forma, esta pesquisa busca explorar essa trama social, de modo a evidenciar memórias, imaginários e a representação coletiva em torno do memorial. Assim sendo, pretende-se explorar sucintamente o processo de idealização e construção do monumento, pois tal fato requer uma análise crítica, já que monumentos não são apenas objetos estéticos. É nesse sentido que este texto pretende contribuir para constituição de fontes, a fim de explicar um pouco da história do município de Santa Helena em um determinado período de tempo.

A metodologia seguiu os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, delineando-se como uma revisão bibliográfica. O intuito do trabalho foi também o de organizar, ainda que de forma sucinta, uma análise de conteúdo, pois apresenta hipóteses e uma apreciação crítica, ao mesmo tempo em que se dá ênfase aos simbolismos, porém, sem preocupar-se com os achados da análise, se são verdadeiros ou não. Cumpre para isso, uma função heurística, pois, segundo Bardin (1977), “a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta”. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”, sem atentar-se a uma função de “administração da prova”, embora, a autora ateste que, “na prática, as duas funções da análise de conteúdo podem coexistir de maneira complementar” (BARDIN, 1977).

Assim, para a elaboração desta pesquisa foi realizada uma sucinta análise historiográfica, utilizando-se de ilustrações e trechos de discursos. A apresentação do texto foi voltada para facilitar a produção e compreensão das narrativas como fontes do conhecimento e sua construção. O desenvolvimento desta pesquisa faz entender que todo estudo a respeito desse tema nasce, necessariamente, de uma prática interdisciplinar.

A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO EM SANTA HELENA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA

É notório que na busca por registrar na memória aquilo que é história, alguns agentes procurem viabilizar diversas formas de registro daquilo que será considerado história, a saber, daquilo que deve ser lembrado e daquilo que deve ser esquecido. Além da construção do monumento no município de Santa Helena, segundo consulta ao Portal do Instituto Brasileiro de Museus², há outros monumentos com significado semelhante que foram erguidos em outras cidades do país, a exemplo do monumento no município de Crateús, no estado do Ceará; da presença de um monumento no município de Palmas, em Tocantins; da presença de um monumento no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, onde existe o Memorial Coluna Prestes, que reúne grande acervo de materiais; além da existência de monumentos semelhantes em outras cidades brasileiras.

O objetivo deste artigo não é especular a necessidade que houve em se demarcar o trajeto por onde a Coluna Prestes marchou ou as características políticas e ideológicas que a marcaram naquele momento histórico, mas sim, compreender como se deu a ideia inicial da construção do monumento em Santa Helena, buscando dialogá-lo como um espaço de reivindicação da memória e de territorialização, em específico, analisando a construção de um marco da história do município de Santa Helena e da região oeste do Paraná.

Nesse sentido, de acordo com Pierre Bourdieu (1989):

A região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de 'regionalização' e movimentos 'regionalistas', economistas e sociológicos (BOURDIEU, 1989, p. 118).

Tal assertiva não está distante do que nos ensina Candau, que diz que “a memória nos dará esta ilusão: o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança” (CANDAU, 2012).

Seguindo essa compreensão, Pierre Nora (1993) nos diz que:

A plasticidade e a problemática dos lugares de memória está justamente no fato de eles constituírem em uma construção histórica e, por isso mesmo, estarem sujeitos a interesses particulares que desejam, por meio da preservação desses lugares, os tornar pontos de referência como marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade (NORA, 1993, p. 13).

E tal fato é inteligível, pois cada município procura uma forma de construir seu território, sua territorialidade, sua memória, sua história. Essa profunda e urgente necessidade de trazer a lembrança, fatos, acontecimentos, ou até mesmo suas lendas-urbanas se dá porque cada local trabalha e cria sua história, na medida em que fala sobre si e para si mesmo. Na acepção de Pierre Nora, os memoriais são lugares de memória, ou seja, espaços que emergem para bloquear a ação do esquecimento, fixando um conceito, imortalizando e dando forma ao que pereceu, ou seja, materializando o imaterial. Esses lugares de memória surgem a partir do momento em que ela se torna o resultado de uma organização voluntária, intencional e seletiva, ou seja, “menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993).

Dá a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros daquilo que se foi. Instituições como museus, arquivos e bibliotecas surgem com a finalidade de salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada.

Ainda segundo este mesmo autor:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Considerando que os monumentos nada mais são do que a materialização de discursos, de bricolagens, de disputas e apropriações de memória(s), compreende-se que movimento e monumento buscam algo maior, a saber, a construção social da memória através de sua disputa. À medida que se fala sobre movimento, fala-se também da memória a ser construída (a ser visitada ou revisitada), a saber, da necessidade de um suporte exterior, de uma referência tangível, ou seja, do movimento que preexiste antes da ideia se materializar, antes da ideia tomar corpo como um monumento, um obelisco, um memorial, etc. Portanto, a luta para a construção da memória através de um monumento nada mais é que a tentativa de estabelecer laços de identidade individual e coletiva, e não foi diferente no município de Santa Helena, pois a ideia gesta em um tempo e espaço pela sociedade que cria monumentos, pois conforme Le Goff (2013):

O grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente. É por isso que não há nada que seja mais decente, que estabeleça mais a confiança e seja mais edificante que um álbum de família: todas as aventuras singulares que a recordação individual encerra na particularidade de um segredo são banidas e o passado comum ou, se quiser, o menor denominador comum do passado, de nitidez quase coquetista de um monumento funerário frequentado assiduamente (LE GOFF Apud BOURDIEU, 2013, p. 426).

Nesse sentido, parafraseando Nora (1993), o Memorial Coluna Prestes, em suma, se constitui em um lugar de memória que atua como um componente contra o apagamento da memória, na medida em que serve de “fonte” de lembrança do passado.

O MONUMENTO COMO REIVINDICAÇÃO DA MEMÓRIA

O projeto do memorial foi idealizado pelo Arquiteto Oscar Niemeyer, retratando a rota da Coluna Prestes e sua passagem pelo Município de Santa Helena em abril de 1925. O monumento (Figura 2) está localizado às margens da rodovia PR-488 e foi construído próximo aos resquícios da Ponte Queimada, perto da ponte sobre o Rio São Francisco Falso, que liga o município de Santa Helena ao município de Diamante do Oeste. O monumento à Coluna Prestes foi tombado pelo patrimônio municipal através do Decreto nº 1007/95, sendo idealizado durante o mandato do senhor Júlio Morandi, ex-prefeito do município de Santa Helena.

A ideia da construção do monumento no município de Santa Helena se deu no ano de 1995 e é impossível atribuir a ideia da construção do monumento a um único indivíduo ou grupo, porém é evidente que havia interesses municipais em transformar o local em um ponto turístico (patrimônio cultural), como pode ser verificado no *folder* publicitário (figura 3). Seria muito simplista afirmar que a construção do monumento obedeceu a uma única finalidade, mas é possível destacar alguns fatores importantes, dentre eles, dois merecem destaque: em primeiro plano, vale dizer que a construção do monumento está associada à ideia da memória como um agente de promoção do turismo local, a exemplo disso, o Memorial Coluna Prestes é apontado como um local de memória digno de ser conhecido.



Figura 2: Memorial idealizado por Niemeyer, Santa Helena – PR, em homenagem à Coluna Prestes

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=56&setor=9&setor=9> – Acesso: 08 ago. 2017



Figura 3: Folder de Propaganda: Santa Helena: Terra das Águas

Fonte: LANGARO, J. F. *Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná*/Jiani Fernando Langaro - Uberlândia, 2005. 280f. – Acesso: 11 ago. 2017.

Em segundo plano, o monumento tem a finalidade de infundir territorialidade e de instituir a memória, buscando formar uma coesão identitária do povo santa-helenense em torno do memorial, “pois são territorialidades também, as expressas nos costumes, nos ritmos, os ritos e nos valores desses povos” (SOUZA, 2009). Cabe destacar ainda a frase escrita na placa de bronze junto ao monumento, onde se encontra a finalidade da coluna: “construir um Brasil onde os ideais liberais de representação política e justiça conquistassem o devido lugar na vida nacional”. Nota-se que a frase busca promover um processo de “heroicização” dos integrantes da coluna, o qual pode favorecer a possível postura de aproximação empática do cidadão santa-helenense em torno de sua territorialidade e em torno do memorial.

Dessa forma, o município de Santa Helena cria um dos alicerces para a formação da identidade santa-helenense, à medida em que retrata o memorial como um “lugar de memória”. Tal fato é compreensível, haja vista que Santa Helena se tornou município apenas no ano de 1967³. Para que este exercício de

identificação ocorresse – resgate da memória, a fim de desencadear uma ligação entre o cidadão e suas raízes –, o município promoveu uma ritualização, a qual oportunizou diversas leituras possíveis acerca do memorial, assim, percebeu-se que houve a necessidade de sacralizar (figuras 5, 6 e 7) através da organização de um evento, denominado “Primeiro Acantonamento”, cujo lema era “Povo que não tem memória não tem história!”. Aqui, é crucial fazer a concatenação como aponta Hobsbawm (1984), pois o que se infere é que ao resgatar essa memória o município de Santa Helena promove uma “tradição inventada”, ou seja, inclui as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas (HOBBSAWM, 1984). Segundo esse mesmo autor, uma tradição inventada pode ser compreendida como:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWM, 1984, p. 10).

Com o objetivo de reviver a história (trazer a lembrança) e aumentar o turismo é que a Prefeitura Municipal de Santa Helena⁴, através da então Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Administração Portuária de Santa Helena realizou no dia 20 de abril de 2013 o primeiro Acantonamento Comitivas da Esperança no Memorial da Coluna Prestes, buscando reviver a história de Santa Helena em torno do Memorial Coluna Prestes (Figuras 4, 5 e 6).



Figura 4: Acantonamento promovido pela prefeitura de Santa Helena.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenudir.php?id=30> – Acesso: 11 ago. 2017.



Figura 5: Acantonamento promovido pela prefeitura de Santa Helena.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenudir.php?id=30> – Acesso: 11 ago. 2017.



Figura 6: Acantonamento promovido pela prefeitura de Santa Helena.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenudir.php?id=30> – Acesso: 11 ago. 2017.

A MEMÓRIA COMO FONTE DE PESQUISA E A MEMÓRIA COMO EXERCÍCIO DE IDENTIFICAÇÃO

Ao trabalhar com história e memória, é importante estabelecer relações éticas com o que se propõe a analisar, buscando aproximar a pesquisa da verdade, mesmo sabendo que a “posição da verdade na História não é a mesma daquela identificada em outros campos do conhecimento humano, mas sim decorre das infinitas

análises e interpretações construídas pelos investigadores para compreender o passado [...]” (FERNANDES, 2011), e, ter muito cuidado e responsabilidade com o material produzido e distribuído.

Mas, afinal de contas, o que é a memória em pesquisa?

A memória pode ser considerada como uma trilha (um caminho a se construir e/ou desconstruir) que o historiador pode transformar em fonte para sua pesquisa. A memória é um fragmento que obstina-se em ficar entre nós, que nos auxilia a criar elos, a estabelecer laços de identidade individual e coletiva. É por meio da recordação e da revivificação que muitas conexões são criadas no âmbito pessoal e coletivo. A memória se erige no embate entre os diversos campos da memória (coletivos e individuais) e na tensão entre passado, presente e futuro. Assim, a memória é constituída a partir dessa numerosa rede relacional, e segundo Todorov (2002), o ponto crucial é procurar “entender que memórias individuais e coletivas interagem para formar uma identidade memorial”.

Assim, pode se inferir que:

A recordação do passado é necessária para afirmar a própria identidade, tanto individual como de grupo. Um e outro também se definem, evidentemente, por sua vontade no presente e seus projetos de futuro; mas não podem prescindir dessa primeira lembrança (TODOROV, 2002, p. 199).

Para Paul Ricoeur, “a tensão entre memórias coletivas e individuais não é fácil de ser resolvida”. Tentando discutir o que ele chama de “olhar interior” e “olhar exterior”, o filósofo chega à conclusão de que:

Nem a sociologia da memória coletiva nem a fenomenologia da memória individual conseguem derivar, da posição forte que ocupam respectivamente, a legitimidade aparente da tese adversa: coesão dos estados de consciência do eu individual, de um lado; capacidade das entidades coletivas de conservar e recordar as lembranças comuns, do outro (RICOEUR, 2007, p. 134).

Nesse mesmo sentido, Le Goff (2013) é outro autor que além de enfatizar a necessidade de uma discussão que visa à ampliação do permanente diálogo entre a temática da historiografia e do viés interdisciplinar, “historiografia de novos tempos”, também possui uma posição bem clara acerca da importância do encontro entre história e memória, pois afirma que,

A memória pode ser considerada como a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas (LE GOFF, 2013, p. 387).

Assim, com essa nova concepção historiográfica, busca-se, no estudo da memória, a interlocução com distintos saberes. De modo geral, em termos de modalidades historiográficas ou de pesquisas, com cada aspecto seu (memória) interessando a uma ciência diferente. Por outro lado, no campo histórico, a memória social é um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História. A memória está no próprio assento da História (história e memória se mesclam e se fundem), confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade.

Dessa forma, uma historiografia (um pesquisador, um grupo, um fato, etc.) sobre a memória pode produzir outras memórias e esquecimentos, e, por sua vez, memórias e esquecimentos podem construir identidades coletivas e individuais. Ademais, segundo a compreensão do conceito de memória apresentado por Pollak, enquanto representações de um momento histórico e de lutas para fixar uma visão/posição, a memória é um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que “ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução em si” (POLLAK, 1992).

Mas qual a relação da memória com a presença do memorial em Santa Helena?

O memorial busca revivificar, ou seja, trazer à tona um processo histórico que está imerso no presente. Como num movimento de vai e vem, quer visitar um acontecimento de tempos idos e, desta forma, fazer a intersecção entre passado, presente e futuro, pois a(s) memória(s) são dinâmicas e podem ser reivindicadas a qualquer momento.

No caso do Memorial Coluna Prestes, o município de Santa Helena se apropria e traz à tona o que nos diz Le Goff, ou seja, “busca constituir uma memória coletiva, pois é através da recordação e da tradição que ocorre a manifestação da memória” (LE GOFF, 2013).

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A MARCHA DE PRESTES E A PASSAGEM POR SANTA HELENA EM 14 DE ABRIL DE 1925

A Coluna Prestes, originalmente chamada de Coluna Miguel Costa Prestes, foi um movimento que durante 25 meses percorreu cerca de 25 mil quilômetros e obteve várias vitórias contra as forças legalistas, mas não teve sucesso em sua tentativa de sublevar as populações do interior contra o presidente Artur Bernardes e a oligarquia dominante. Com o fim do mandato de Artur Bernardes, em 1926 a Coluna entrou na Bolívia e se dissolveu no início do ano seguinte.

O movimento revolucionário teve início na cidade de Alegrete (sul do Rio Grande do Sul). A Coluna Prestes, como ficou conhecida, foi um movimento político militar brasileiro que se deu entre os anos de 1925 e 1927, ligado diretamente ao surgimento do Tenentismo. Segundo Borges (1992), no início o movimento não tinha essa designação, os termos utilizados eram “militares revolucionários, rebeldes, revoltosos, militares da Coluna Prestes”. Para esse mesmo autor, “as expressões tenentes e tenentismo surgiram somente em 1931 em contexto de acirrada disputa pelo poder com a oligarquia paulista” (BORGES, 1992).

O tenentismo foi uma corrente de pensamento que, em linhas gerais, tinha por características a insatisfação com a República Velha, a qual deu origem a algumas reivindicações como: a exigência do voto secreto; o fim da exploração dos mais pobres pelos coronéis; acabar com a falta de democracia; acabar com as fraudes eleitorais; instituir o ensino fundamental a todos os brasileiros; acabar com a miséria e a desigualdade no país, entre outras exigências. O movimento contou com líderes de diversas correntes políticas, mas em sua grande maioria, o movimento era composto por militares, a saber, oficiais subalternos, capitães e tenentes de classe média. O nome mais expoente desse movimento foi o Capitão Luiz Carlos Prestes, alcançando uma relevante popularidade, sendo conhecido como o “Cavaleiro da Esperança”. Pode-se observar então que o tenentismo surgiu de um contexto particular de modernização da sociedade brasileira e das forças armadas, desempenhando uma intensa atuação contestatória das estruturas da Primeira República e participando ativamente dos momentos críticos no início dos anos 30, que trariam uma reorganização jurídica-política da sociedade brasileira (VIVIANI, 2009).

A coluna Prestes teve origem após o fracasso da Revolução Paulista de 1924, sendo que, em agosto deste mesmo ano, os sobreviventes dessa revolução se refugiaram no Oeste do Paraná. É nessa região que se reúne ao grupo o Capitão do exército Luiz Carlos Prestes, que, no Rio Grande do Sul, havia formado um grupo armado para apoiar o levante de São Paulo. Como a revolta não logrou êxito no Rio Grande do Sul, os “insurgentes” se dirigiram à Região Oeste do Paraná. A coluna contava com cerca de 1500 soldados, participantes da Revolução Paulista (dirigidos por Miguel Costa), e os gaúchos se uniram a eles por meio de Prestes. Mesmo com a oposição do governo federal a Prestes e a inferioridade numérica de seu grupo, ele se negou a submeter-se e direcionou seus seguidores rumo ao norte, cruzando o estado de Santa Catarina, em direção ao Oeste do Paraná.

Essa primeira ação tinha como objetivo engrossar as fileiras da coluna paulista que se encontrava na mesma região. No mês de abril de 1925, os militares gaúchos concluíram seu plano após sofrer várias perdas nos confrontos com as tropas oficiais e, logo após, rumaram a Santa Helena, objetivando chegar a Guaíba tendo como possível rota de fuga o Paraguai, caso fosse necessário. Posteriormente, atravessaram um trecho do território paraguaio, entrando novamente no Brasil, no Mato Grosso do Sul. Um fator que ajudou no caráter legendário da Marcha de Prestes foi a sua duração e a extensão percorrida, cerca de 25.000 quilômetros num período de dois anos, atravessando treze Estados brasileiros (figura 7).



Figura 7: Mapa da marcha da Coluna Prestes e batalhas.

Fonte: <http://terceiraopensandoaltohbr.blogspot.com.br/search?q=coluna> – Acesso: 04 abr. 2017.

No período em que atravessou várias cidades do país, a Coluna Prestes tentou mobilizar as populações locais a se voltarem contra a opressão política das oligarquias. No entanto, a ausência de um projeto político mais claro impossibilitou a formação de um movimento suficientemente forte para derrubar as autoridades estabelecidas. Entre fevereiro e março de 1927, Prestes e seus seguidores, já em pequeno número, cruzaram a fronteira rumo ao exílio, ao carecerem de forças (soldados e logística militar) para continuarem a luta armada. Com o passar do tempo, vários “insurgentes” regressaram ao Brasil, alguns aderindo ao movimento de Getúlio Vargas em 1930, outros, a exemplo de Prestes, se filiaram ao movimento comunista brasileiro.

Mas qual a relação desse movimento revolucionário com o município de Santa Helena e com o povo santa-helenense? Foi na passagem da Coluna Prestes por Santa Helena, em 14 de abril de 1925, em suas andanças e combates pela região, quando perseguidos pelas tropas legalistas comandadas pelo general Cândido Rondon, que os revolucionários de Prestes, em retirada, queimaram a ponte sobre o Rio São Francisco Falso, construída pela Companhia Domingos Barthe, no início daquele século, e que após este episódio ficou conhecida como Ponte Queimada, cujos vestígios são visíveis até o dia de hoje (Figura 8).



Figura 8: Resquícios da Ponte Queimada

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=55&setor=9&setor=9> – Acesso: 12 set. 2017

Ao revisitar este fato é que o memorial pôde tomar corpo, ou seja, é a partir da elaboração da ideia e da construção do memorial que é possível fazer uma interseção entre passado, presente e futuro e o cidadão santa-helenense. Esse exercício de identificação através do memorial trouxe à tona um aspecto histórico que se encontrava imerso no presente e, dessa forma, possibilita(ou) diversas leituras possíveis, corroborando para que ocorram laços de identidade através da recuperação da memória em torno do Memorial Coluna Prestes.

O MONUMENTO COMO INSTRUMENTO DE DISPUTA PELA MEMÓRIA

A palavra monumento, deriva do latim *monere* (“advertir”, “lembrar”), que quer dizer, aquilo que remete à lembrança de algo. Conforme Choay (2001, p. 31), “o monumento, acrescido do adjetivo histórico, nasce em Roma, em 1420, configurando-se como obras arquitetônicas remanescentes de épocas passadas”. Por esse motivo, o monumento histórico converte-se em um tema importante, sendo a partir daí elaborado com mais abrangência o conceito de Patrimônio Cultural. Nesse mesmo sentido, Santiago (2007) complementa:

Inicia-se por uma afeição de civilizações antigas por obras do passado. A princípio, chamadas de antiguidades, e depois de monumentos, tais obras começaram a ser entendidas no sentido de patrimônio somente no momento em que se conceitua a história como uma disciplina. Esse sentido, mais tarde, desembocaria na visão de patrimônio histórico, e, nas últimas décadas do século XX, na noção mais abrangente de patrimônio cultural (SANTIAGO, 2007, p.4).

De acordo com a asserção acima, a respeito do entrelaçamento entre memória, história, monumento e patrimônio cultural, é possível inferir que os objetos “guardados” pelo homem e presentes nos espaços públicos, bibliotecas e museus possuem as relações de produção da sociedade que os criou. Assim sendo, os monumentos possuem significados sociais, pois revelam uma história e – como os documentos – são frutos de escolhas e intenções de quem os elabora, sendo assim, constituem-se em reproduções de um ponto de vista parcial da história.

Partindo da concepção de que existe um jogo de interesses entre os atores sociais e, ao mesmo tempo, muitas memórias em constante disputa na sociedade, é natural que nessa disputa os grupos busquem se apropriar seletivamente daqueles elementos de memória presentes na sociedade [ou não] que podem construir ou favorecer (de acordo com interesses) uma versão hegemônica para este mesmo grupo. Dessa forma, é necessário compreender como acontece o processo de evocação e construção social da memória (em torno do Memorial à Coluna Prestes) no município de Santa Helena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da construção do monumento no município de Santa Helena merece ser melhor analisada porque é uma questão pertinente, a saber, primeiramente, pelo que foi exposto no transcorrer deste artigo, em que pôde ser verificado que os monumentos possuem marcadamente caráter político e podem ser objetos de disputas entre grupos distintos, sendo assim, submetidos a interpretações contrastantes, revelando a sua natureza política. A segunda característica que torna a questão importante para ser analisada (e/ou reinterpretada) é a razão histórica, pois essa busca pelo passado pode revelar como as identidades individuais e coletivas são formadas e, nesse sentido, as memórias podem definir padrões identitários de uma sociedade.

Este artigo buscou apresentar o trabalho de reivindicação da memória que se traduziu na representação por meio de um monumento e se essa asserção pode ser reconhecida como uma verdade apta para definir o contexto social, político e econômico que envolveu o processo da construção do memorial em Santa Helena (interesses envolvidos), evidenciando que esse movimento na busca da construção social da memória tenta fazer uma interseção entre passado, presente e futuro. É prematuro definir que existe uma memória coletiva santa-helenense associada ao Memorial Coluna Prestes, pois o sentido de patrimônio cultural dado ao monumento indica que sua criação é uma invenção, porém, é inegável que a experiência vivenciada na ritualização pode trazer à tona diversas leituras possíveis, corroborando para que ocorram laços de identidade em torno do Memorial Coluna Prestes. Outro fator a ser destacado, é que quando o município de Santa Helena seleciona esse fato histórico, também seleciona aquilo que será considerado história, a saber, aquilo que deve ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido.

Ciente da limitação deste recorte, dada a amplitude e multiplicidade da temática que envolve o estudo da memória, é possível entender que este artigo pode contribuir para que interessados busquem abordar esses lugares de memória no ensino de história, além de ser uma abertura para estudos futuros e possibilitar uma reflexão sobre o que se convencionou chamar de “direito à memória”.

Certamente, são necessários novos e maiores estudos sobre a temática, mas as análises aqui realizadas possibilitaram responder o objetivo proposto para o estudo. Ainda que o raciocínio do trabalho tivesse por função conduzir o leitor à aceitação dessa “verdade”, há uma pergunta que fica sem resposta, a saber, seria possível estender ou ampliar o mesmo sistema a eventos semelhantes?

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BORGES, V. P. *Tenentismo e a revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. Tradução: São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARTIER, R. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. av.*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abril de 1991. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso. acesso em 23 de janeiro de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- DEMO, P. Pesquisa Qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998.
- FERNANDES, S. S. A verdade e a história. *Revista Da Cultura*. 2011. n° 21. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/24_3e0h.pdf. Acesso em: 15/03/2016.
- HOBSBAWM, ERIC; RANGER, TERENCE (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

- LANGARO, J. F. *Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná*. 2006. 280 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. 7ª Ed. Revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- NORA, P. Entre história e memória. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.
- NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v.1-3.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, nº. 29, 1995.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François (et al) - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTIAGO, R. P. *Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais*. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.
- SOUZA, Edson Belo C. de. Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. *Revista Terr@ Plural*, v.3, n.1, 2009.
- VIVIANI, F. C. *A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922/1932)*. São Carlos - SP: UFSCAR, 2009. 200 f.
- TODOROV, T. *Memoria del mal, tentación del bien. Indagación sobre El siglo XX*. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

Referências eletrônicas

- Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_\(Paraná\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_(Paraná)) - Acesso em: 15 Out. 2015.
- Fonte: <http://www.focosh.com.br/v2/materias.php?id=10901> - Acesso em: 21 Out. 2015.
- Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=56&setor=9&setor=9> - Acesso em: 21 Out. 2015.
- Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=56&setor=9&setor=9> - Acesso em: 03 Jan. 2015.
- Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=412350> - Acesso em: 03 Jan. 2016.
- Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenuadir.php?id=30> - Acesso em: 03 Jan. 2016.
- Fonte: <http://terceiraopensandoaltohbr.blogspot.com.br/search?q=coluna> - Acesso em: 12 Jan. 2016.
- Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenuadir.php?id=30> - Acesso em: 13 Jan. 2016.
- Fonte: <http://terceiraopensandoaltohbr.blogspot.com.br/search?q=coluna> - Acesso em: 22 Fev. 2016.
- Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=55&setor=9&setor=9> - Acesso em: 12 Jan. 2016.
- Fonte: <https://www.museus.gov.br/?submit=&s=memorial+coluna+prestes> - Acesso em: 20 Abr. 2019.

NOTAS

- 1 Memorial Coluna Prestes: Marco da história da região do oeste do Paraná, e tombado pelo patrimônio municipal através do decreto nº 1007/95. No local existe um obelisco idealizado por Oscar Niemeyer em homenagem a Luiz Carlos Prestes, “Cavaleiro da Esperança” retratando a rota da Coluna Prestes, e sua passagem por Santa Helena em Abril de 1925. Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=56&setor=9&setor=9>
- 2 <https://www.museus.gov.br/?submit=&s=memorial+coluna+prestes>
- 3 Distrito criado com a denominação de Santa Helena, pela lei municipal nº 26, de 20-06-1962, subordinado ao município de Medianeira. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o distrito de Santa Helena figura no município de

Medianeira. Elevado à categoria de município com a denominação de Santa Helena, pela lei estadual nº 5497, de 03-02-1967. **Fonte:** <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=412350>.

4 **Fonte:** <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenudir.php?id=30>.